

COMUNICAÇÃO DO ÂMBITO DO PLANO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (PNAP): REFLETINDO SOBRE UMA ESTRATÉGIA EM CONSTRUÇÃO

Elizabeth Oliveira¹ & Marta de Azevedo Irving²

Recém-instituído, pelo Decreto nº 5.758 de 17 de abril de 2006, o Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (BRASIL, 2006), enquanto proposta construída com a sociedade, apresenta um conjunto de diretrizes e metas, objetivando a consolidação, até 2015, de um sistema de Áreas Protegidas (APs)¹ efetivamente manejado e representativo da biodiversidade, com garantia de manutenção no longo prazo.

O PNAP se propõe, a apoiar a consolidação de uma rede mundial de Áreas Protegidas, inspirada nas premissas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)², que objetiva, entre outras metas, a redução da perda de biodiversidade nas APs terrestres (até 2010) e nas APs marinhas (até 2012).

Tem destaque entre os eixos prioritários contidos no texto do PNAP, a criação de uma estratégia de comunicação, que garanta o acesso à informação e contribua para motivar a ampliação da participação social no processo de construção de um modelo de gestão democrática em Áreas Protegidas.

Inspirado nas premissas da CDB e nas recomendações tiradas do V Congresso Mundial de Parques, realizado em Durban, em 2003, o PNAP evidencia a importância da comunicação no processo de esclarecimento da sociedade sobre o potencial das APs como mecanismo de proteção da biodiversidade e redução da pobreza.

¹ - As Áreas Protegidas (APs), genericamente denominadas de Unidades de Conservação no Brasil, são entendidas como espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

² - A CDB foi assinada durante a RIO-92 e marcou o início de um amplo debate global sobre as estratégias consideradas prioritárias para a conservação da fauna, flora e dos sistemas ecológicos que as mantêm. Essa Convenção introduziu no bojo das discussões ambientais a preocupação social e apontou para a importância das comunidades no interior e no entorno das Áreas Protegidas.

O documento também destaca que o Fórum Nacional de Áreas Protegidas

¹ Mestranda do Programa EICOS/UFRJ

² Programa EICOS/UFRJ

(FNAP) será utilizado como instrumento de difusão da informação e apoio à construção da estratégia de comunicação do PNAP. Essa ferramenta virtual foi criada em 2004, com intuito de atrair a sociedade brasileira, via Web, para participar nas discussões e, acompanhar, a formulação de diretrizes, que posteriormente, seriam incorporadas ao PNAP, bem como sua implementação.

No Eixo Temático Capacidade Institucional, o PNAP expressa os seguintes objetivos e estratégias:

Objetivo Geral: Fortalecer a comunicação, a educação e a sensibilização pública para a participação e controle social sobre o SNUC;

Objetivos Específicos:

a) estabelecer e implementar a estratégia nacional de educação ambiental, formação e qualificação para a participação e controle social sobre as unidades de conservação;

b) estabelecer e implementar a estratégia nacional de comunicação, divulgação e sensibilização sobre as unidades de conservação; e

c) implantar e fortalecer o Fórum Nacional de Áreas Protegidas;

Estratégias:

a) realizar intercâmbios e outras formas de integração entre diferentes experiências no tema educação ambiental, sensibilização e controle social em unidades de conservação;

b) realizar campanhas de divulgação das estratégias bem sucedidas sobre os temas educação ambiental, sensibilização e controle social em unidades de conservação;

c) monitorar e avaliar os impactos dos programas de comunicação, educação e sensibilização pública para as unidades de conservação;

d) potencializar o espaço de comunicação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, divulgando-o e disponibilizando-o para a sociedade (...); (BRASIL, 2006, p.15).

Considerando o contexto apresentado, acredita-se que é oportuna a discussão do tema proposto, no âmbito do II Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social (II SAPIS). A expectativa do presente trabalho é de abrir um canal de discussão com os participantes do evento, no intuito de aprofundar as reflexões e trazer contribuições, que possam enriquecer o processo construtivo da estratégia de comunicação do PNAP.

É importante destacar que a mídia é apresentada como um segmento de fundamental importância para a construção de um modelo de participação democrática em políticas públicas de proteção da biodiversidade. Assim, a atuação consistente dos meios de comunicação, no processo de mobilização social, representa um elemento essencial para a garantia de transparência na gestão de APs, conforme mencionado no documento preparatório ao V Congresso Mundial de Parques:

"El papel desempeñado por la sociedad civil y la prensa es otro factor clave en la evaluación de la calidad del régimen de responsabilidad. La medida en que pueden articular y movilizar la demanda de gobiernos responsables tiene efectos importantes en el fortalecimiento de la posición de las instituciones de rendición de cuentas con respecto al ejecutivo. Al igual que dichas instituciones, su acceso a la información sobre las actividades de la administraciones de las AP y el uso que hacen de sus poderes de legislar y gastar, y de otros poderes, es esencial a su eficacia en la función que desempeñan. Por consiguiente, la transparencia es un "elemento" indispensable de la responsabilidad." (GRAHAM et al, 2003, p.25).

Considerando-se que a estratégia de comunicação do PNAP está em construção e que ainda é muito recente no Brasil a discussão sobre o papel da mídia na difusão da temática de Áreas Protegidas, acredita-se que a discussão deste trabalho durante o II SAPIS, poderá lançar novas reflexões sobre a importância do engajamento dos veículos e profissionais de comunicação, sobretudo os especializados na cobertura ambiental, nesse processo construtivo.

Assim, a contribuição da mídia ambiental brasileira parece essencial ao êxito das propostas idealizadas pelo PNAP, no que se refere à mobilização e sensibilização social. Nesse contexto, vale também ressaltar, a importância do efetivo funcionamento do Fórum Nacional de Áreas Protegidas, como espaço privilegiado para a integração da sociedade (e dos jornalistas ambientais, em especial), às políticas públicas de proteção da natureza.

No que se refere, à difusão de informação sobre Áreas Protegidas, TRANNIN (2005), em recente estudo, aponta alguns dos principais desafios que envolvem o aprimoramento desse processo no Brasil, incorporando sugestões para que a complexidade inerente ao tema seja melhor compreendida pelos jornalistas ambientais (designados como “construtores da informação”) e, conseqüentemente, transmitida à população, como forma de gerar estímulo ao exercício da cidadania, no processo de conservação da biodiversidade.

Algumas recomendações apontadas pela autora, contribuem para as discussões da estratégia de comunicação do PNAP, objeto de interesse do presente trabalho, e também servem para nortear novos estudos acerca da difusão de informações sobre Áreas Protegidas no Brasil. Ela destaca as seguintes sugestões que não podem ser alijadas desse debate:

** "Uma maior difusão da informação disponível sobre as áreas protegidas, que, no momento, encontra-se na sua maior parte centralizada no Poder Público Federal;*

**Ampliação da oferta de educação para capacitação dos jornalistas ambientais;*

**A importância de uma maior articulação da mídia com Instituições do Terceiro Setor, para que as mesmas possam colaborar para a difusão das Unidades de Conservação de forma transversal;*

**A necessidade de aproximação das chamadas "mídias verdes" com a grande mídia, articulando parcerias para a troca de informação;*

**O resgate do papel da Academia na tradução e difusão de conhecimento gerado sobre o tema para a sociedade e, neste caso específico, para a mídia especializada, de modo que a mesma possa articular a difusão, através dos construtores da informação, com a mídia de massa”, (TRANNIN, 2005).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 2006. PLANO NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS. Diário Oficial de 17 de abril de 2006, disponível em www.mma.gov.br/forum

GRAHAM et al. Princípios de Governabilidad para las Áreas Protegidas en el Siglo XXI, Preparado para o V Congresso Mundial de Parques, Durban, 2003, disponível em www.mma.gov.br/forum.

TRANNIN, Maria Cecília. “Mídia, você é verde?” Tese de Mestrado. Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia (IP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2005.